

NEWSLETTER DIGESTO N.º 8/2017

Disponibilização: 24 de abril de 2017

Período abrangido: 10 a 21 de abril de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Eletrónica e Simplificação Administrativa
2. Administração Interna
3. Administração Local
4. Administração Pública
5. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura e Agropecuária
 - Florestas
 - Pescas
6. Ambiente
7. Atividade Parlamentar
8. Comércio
9. Consumidores
10. Cooperação Internacional
11. Cultura
12. Educação
13. Eleições
14. Emprego
15. Energia
16. Ensino Superior
17. Entidades Reguladoras
18. Finanças
 - Questões Orçamentais
19. Investimento
20. Jogos de Fortuna e Azar e Outros
21. Justiça
22. Portugal 2020

23. Regiões Autónomas

- Açores
- Madeira

24. Saúde

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017, de 19 de abril](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão na Administração Pública.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 139/2017, de 17 de abril](#)
(Administração Interna)

Estabelece as regras a que deve obedecer a disponibilização no mercado de artigos de pirotecnia das categorias F2, F3, T1 e P1, visando a sua utilização por consumidores.

[Portaria n.º 140/2017, de 18 de abril](#)
(Administração Interna)

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 931/2006, de 8 de setembro, que aprova os modelos oficiais de documentos a emitir pela Polícia de Segurança Pública (PSP) no domínio da sua atividade relacionada com a aplicação do regime jurídico das armas e suas munições.

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Despacho n.º 3219/2017, de 18 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e do Orçamento)

Aprova as quantias a cobrar pela Direção-Geral das Autarquias Locais no âmbito de procedimentos que dirige, pela publicação na 2.ª Série do Diário da República dos atos, contratos, protocolos ou outros instrumentos cuja publicação seja legalmente obrigatória, de montante igual ao cobrado para o mesmo efeito pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 3363/2017, de 21 de abril](#)

(Finanças - Gabinete do Ministro)

Define o valor hora da formação ministrada pelas entidades formadoras públicas.

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

[Portaria n.º 132/2017, de 10 de abril](#)

(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à primeira alteração ao Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 65/2014, de 12 de março.

[Despacho n.º 3025/2017, de 11 de abril](#)

(Finanças, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Ministros das Finanças, do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Fixa o tarifário para o fornecimento de água pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A., no âmbito do serviço público de águas do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).

[Despacho n.º 3047/2017, de 11 de abril](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Determina que podem beneficiar do apoio à reposição do potencial produtivo previsto no Despacho n.º 13806-A/2016, de 16 de novembro, nos mesmos termos e condições, as explorações agrícolas localizadas na freguesia de Santana de Cambas, do município de Mértola.

[Despacho n.º 3232/2017, de 18 de abril](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Cria os cursos de formação profissional na área da mecanização agrícola e condução de veículos agrícolas.

- FLORESTAS

[Despacho n.º 3231/2017, de 18 de abril](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o montante do apoio anual ao funcionamento das equipas de sapadores florestais, para os anos de 2017 e 2018.

- **PESCAS**

[Portaria n.º 133/2017, de 10 de abril](#)
(Finanças e Mar)

Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2017, de um subsídio no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca, que corresponde a uma redução no preço final da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira.

6. AMBIENTE

[Portaria n.º 137/2017, de 12 de abril](#)
(Ambiente)

Aprova o modelo do Título Único Ambiental (TUA), que integra as decisões, títulos ou autorizações emitidos nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, de acordo com os diferentes regimes jurídicos de ambiente aplicáveis, incluindo os de controlo prévio ambiental.

[Despacho n.º 3402/2017, de 21 de abril](#)
(Ambiente - Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza)

Determina que as conclusões e recomendações da Comissão Nacional do Território devem ser aplicadas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional nos procedimentos de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em curso.

7. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Regimento da Assembleia da República n.º 1/2017, de 21 de abril](#)
(Assembleia da República)

Procede à segunda alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto.

8. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 43/2017, de 18 de abril](#) (Economia)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço de instrumentos de pesagem não automáticos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro.

9. CONSUMIDORES

[Lei n.º 11/2017, de 17 de abril](#) (Assembleia da República)

Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos.

10. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

[Resolução da Assembleia da República n.º 65/2017, de 12 de abril](#) (Assembleia da República)

Aprova e publica o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), respeitante à instalação de uma Sede permanente da OEI em território da República Portuguesa e à atribuição de determinados direitos, imunidades e privilégios destinados a garantir o desempenho efetivo e independente das funções oficiais e institucionais da OEI neste território.

[Decreto do Presidente da República n.º 36/2017, de 12 de abril](#)
(Presidência da República)

Ratifica o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 65/2017, em 3 de março, publicada em 12 de abril.

11. CULTURA

[Despacho n.º 3143/2017, de 13 de abril](#)
(Cultura - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Determina o montante financeiro disponível e o número máximo de entidades a apoiar em 2017 na modalidade de Apoio Direto Pontual no domínio da programação.

[Despacho n.º 3144/2017, de 13 de abril](#)
(Cultura - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Determina o montante financeiro disponível e o número máximo de entidades a apoiar em 2017 na modalidade de Apoio Direto Pontual no domínio da edição.

[Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril](#)
(Finanças e Cultura - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Cultura)

Aprova o Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica previsto no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

12. EDUCAÇÃO

[Despacho Normativo n.º 1-B/2017, de 17 de abril](#)

(Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação)

Procede à segunda alteração ao Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, que estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino.

[Portaria n.º 90/2017, de 21 de abril](#)

(Finanças e Educação - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Educação)

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

13. ELEIÇÕES

[Listagem n.º 5/2017, de 21 de abril](#)

(Tribunal Constitucional)

Publica a Listagem indicativa do valor dos principais meios de campanha e de propaganda política.

14. EMPREGO

[Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Procede à primeira alteração aos Despachos n.º 11348/2014, de 10 de setembro, n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, n.º 9841-A/2014, de 30 de julho, e n.º 3651/2015, de 13 de abril, que regulamentam, respetivamente, as Medidas Emprego Jovem Ativo, Contrato emprego-inserção e Contrato emprego-inserção+, Estágio Emprego e Estágio Reativar.

15. ENERGIA

[Portaria n.º 133-A/2017, de 10 de abril](#)

(Finanças e Economia)

Procede à primeira alteração ao Regulamento de Gestão do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (FSSSE), aprovado pela Portaria n.º 1059/2014, de 18 de dezembro.

[Despacho n.º 3229/2017, de 18 de abril](#)

(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de gás natural para efeitos de fixação da tarifa social de fornecimento de gás natural a clientes finais economicamente vulneráveis.

16. ENSINO SUPERIOR

[Deliberação n.º 292/2017, de 19 de abril](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Estabelece as regras para a fixação de elencos de provas de ingresso.

17. ENTIDADES REGULADORAS

[Regulamento n.º 201/2017, de 19 de abril](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos)

Aprova o 3.º Documento Complementar - Reposição no saldo regulatório do valor das mais-valias da alienação dos bens das atividades não reguladas - ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, aprovado pela Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril.

[Regulamento n.º 202/2017, de 19 de abril](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos)

Aprova o 2.º Documento Complementar - Apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas - ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, aprovado pela Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril.

18. FINANÇAS

- QUESTÕES ORÇAMENTAIS

[Portaria n.º 138/2017, de 17 de abril](#)

(Finanças e Planeamento e das Infraestruturas)

Regula o acesso à dotação centralizada do Ministério das Finanças para assegurar a contrapartida nacional em projetos de investimento públicos financiados pelos Fundos da Política de Coesão no Portugal 2020 (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo da Coesão).

19. INVESTIMENTO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2017, de 19 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria uma estrutura temporária designada por Estrutura de Missão Portugal In, com o desígnio de promover a atração de investimento que pretenda permanecer na União Europeia após a saída do Reino Unido desta.

20. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS

[Portaria n.º 136/2017, de 12 de abril](#)

(Economia)

Estabelece os requisitos e as condições necessárias à instalação, funcionamento e fiscalização do bingo eletrónico, nas suas diversas modalidades, e aprova as regras relativas à atribuição de prémios nacionais de bingo.

21. JUSTIÇA

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 149/2017, de 10 de abril](#) (Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma do artigo 13.º, n.º 2, do Decreto enviado ao Representante da República da Região Autónoma da Madeira para assinatura como Decreto Legislativo Regional (que pretende criar e regulamentar as Carreiras Especiais de Inspeção de Pescas e Agricultura da Região Autónoma da Madeira).

[Portaria n.º 135/2017, de 11 de abril](#) (Justiça)

Aprova e publica o modelo do cartão de livre-trânsito para uso dos oficiais de justiça e regula a sua emissão e uso.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2017, de 11 de abril](#) (Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: «A partir do encerramento do inquérito com dedução de acusação, o arguido, até ao termo dos prazos referidos no n.º 8 do artigo 188.º do Código de Processo Penal, tem o direito de examinar todo o conteúdo dos suportes técnicos referentes a conversações ou comunicações escutadas e de obter, à sua custa, cópia das partes que pretenda transcrever para juntar ao processo, mesmo das que já tiverem sido transcritas, desde que a transcrição destas se mostre justificada.».

22. PORTUGAL 2020

[Portaria n.º 142/2017, de 20 de abril](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Procede à quarta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.

23. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2017/A, de 11 de abril](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Procede à segunda alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio.

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2017.

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2017/M, de 12 de abril](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o regime de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 95/2013, de 19 de julho, e n.º 186/2015, de 3 de setembro.

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2017/M, de 13 de abril](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

24. SAÚDE

[Despacho n.º 3156/2017, de 13 de abril](#)
(Saúde - Gabinete do Ministro)

Estabelece os princípios e o modelo de governança e gestão da Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde 2020 - ENESIS 2020.

[Despacho n.º 3192/2017, de 17 de abril](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Estabelece as condições de que depende a atribuição da devida compensação dos dadores de gâmetas.

[Despacho n.º 3193/2017, de 17 de abril](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Autoriza, de forma condicionada, a transmissão pelas sociedades Hospital CUF Infante Santo, S. A., Hospital CUF Descobertas, S. A., e Hospital CUF Porto, S. A., das ações pelas mesmas detidas no capital social da Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A., no âmbito do Contrato de Gestão do Hospital de Vila Franca de Xira em regime de parceria público-privada, para, respetivamente, a sociedade PPPS - Gestão e Consultoria, S. A., e duas sociedades a constituir, todas, associadas e detidas totalmente pela sociedade José de Mello Saúde, S. A..

[Portaria n.º 141/2017, de 18 de abril](#)
(Saúde)

Determina que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, artrite idiopática juvenil, artrite psoriática e espondiloartrites podem beneficiar de um regime excecional de comparticipação a 100 %.

[Decreto-Lei n.º 44/2017, de 20 de abril](#)
(Saúde)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que visa a consolidação dos direitos e deveres do utente dos serviços de saúde e define os termos a que deve obedecer a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Dados Gerais

| | |
|-------------------------|--|
| Análise Jurídica | Lei n.º 67/2007 |
| Dados Gerais | |
| Informação Detalhada | Diário da República n.º 251/2007, Série I de 2007-12-31 |
| Guias Práticos | Tipo Diploma: Lei |
| Newsletters Digesto | Número: 67/2007 |
| | Data Assinatura: 2007-12-31 |
| | Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República |
| | Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 251, de 2007-12-31, Pág. 9117 - 9120 |
| | Entrada em Vigor: 2008-01-30 |
| | RESUMO |
| | Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas e altera (sexta alteração) o Estatuto do Ministério Público. |

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Aplica/Regulamenta

APLICA/REGULAMENTA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

Al. c) do art. 161º da CRP

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Aplicado por/Regulamentado por

| APLICADO POR/REGULAMENTADO POR | | |
|--------------------------------|---|--|
| Foi encontrada 1 associação. | | |
| Data | Texto | Diploma |
| 2008-07-21 | DESP.19281/2008.21.07.2008.MFAP, Despacho n.º 19281/2008 - Diário da DR.IIS [139] de 21.07.2008 | República n.º 139/2008, Série II de 2008-07-21 |

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Modificações Produzidas

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS

Foram encontradas 3 associações.

| Data | Texto |
|------------|---|
| 1999-09-18 | Revoga, a partir de 30.01.2008, os art.s 96º e 97º da Lei 169/99, de 18-Set, DR.IS-A [219] |
| 1986-10-15 | Altera, a partir de 30.01.2008, o art. 77º do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei 47/86, de 15-Out, DR.IS [238], alterado, renumerado e republicado pela Lei 60/98 de 27-Ago, |
| 1967-11-21 | Revoga, a partir de 30.01.2008, o Dec Lei 48051, de 21-Nov-1967, DG.IS [271] Supl |

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Modificações Sofridas

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS

Foi encontrada 1 associação.

| Data | Texto | Diploma |
|------------|--|---|
| 2008-07-17 | Alterado o art. 7º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas pela LEI.31/2008.17.07.2008.AR, DR.IS [137] de 17.07.2008 | Lei n.º 31/2008 - Diário da República n.º 137/2008, Série I de 2008-07-17 |

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Doutrina Associada

Lei n.º 67/2007


Diário da República n.º 251/2007, Série I de 2007-12-31

Outros Tipos:

DOCTRINA ASSOCIADA

Foi encontrada 1 associação.

| Data | Texto |
|------------|---|
| 2011-09-09 | CIRC.1368-A/2011.09.09.2011.GCO-DGO, Art. 9.º |

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Jurisprudência Associada

Lei n.º 67/2007

Diário da República n.º 251/2007, Série I de 2007-12-31

Outros Tipos:

Jurisprudência Associada ▼

Pesquisar

JURISPRUDÊNCIA ASSOCIADA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

| | |
|------------|--|
| 2015-09-23 | AC 363/2015 de 09-jul do TCS (Proc. n.º 185/15) DR.IIS [186] de 23-set (n.º 2 do art 13.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas) |
|------------|--|

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

Proposta de Lei 56/X: Aprova o regime da responsabilidade extracontratual civil do Estado e demais entidades públicas.

Autoria

- Governo

2006-01-20 | **Entrada**

2006-01-25 | **Admissão**

2006-01-25 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

2006-01-26 | **Anúncio**

2006-01-28 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 81/X/1 . 2006-01-28 (pág. 11-18)]

2006-03-31 | **Discussão generalidade**

- [DAR I série N.º 107/X/1 . 2006-04-01 (pág. 4954-4965)]

2006-04-06 | **Votação na generalidade**

- [DAR I série N.º 109/X/1 . 2006-04-07 (pág. 5065-5065)]

Votação na Reunião Plenária N.º 107

Aprovado por unanimidade

A Favor: *PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV*

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais

Base de dados:

Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:

Lei n.º 67/2007

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa:
AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

25 resultado(s) encontrados

| | Sessão | Processo | Relator | Descritor |
|--------------------------|------------|---------------------|-------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | 03/07/2017 | 6669/11.3tbvng.s1 | Gabriel Catarino | Responsabilidade Médica Responsabilidade Contratual Responsabilidade Extracontratual Dever de Informação Dever de Esclarecimento Prévio |
| <input type="checkbox"/> | 12/14/2016 | 619/04.0tcsnt.l1.s1 | Fernanda Isabel Pereira | Responsabilidade Civil do Estado Pressupostos Centro Regional de Segurança Social Incêndio DANO Morte |
| <input type="checkbox"/> | 05/10/2016 | 136/14.0tbnzr.c1.s1 | Fonseca Ramos | ERRO Judiciário Responsabilidade Civil do Estado |

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais

Base de dados:

Tribunal da Relação do Porto ▼

Palavra Chave:

Lei n.º 67/2007

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa:
AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

49 resultado(s) encontrados

| | Sessão | Processo | Relator | Descritor |
|--------------------------|------------|--------------------|----------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 01/24/2017 | 20692/15.5t8prt.p1 | RUI Moreira | Responsabilidade Civil Extracontratual Estado ERRO Judiciário |
| <input type="checkbox"/> | 12/06/2016 | 2746/16.2t8prt.p1 | Maria Cecília Agante | Responsabilidade Civil do Estado Actos Ilícitos Exercício da Função Jurisdicional Obrigação de Indemnização |

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão